CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL E FRAGMENTAÇÃO POLÍTICO-TERRITORIAL NO BRASIL: O CASO DE MINAS GERAIS.

Fausto Brito[1]
Cláudia J.G. Horta[2]

A dinâmica da sociedade e da economia brasileira, mediatizada pela intervenção do Estado, levou a uma ocupação do território, assim como a uma redistribuição espacial da população, onde se destaca um fenômeno de extrema importância: uma intensa concentração demográfica, paradoxalmente coexistindo com uma grande dispersão demográfica alimentada pela enorme fragmentação político-territorial. O objetivo deste artigo é sugerir alguns caminhos analíticos, em torno desse fenômeno, que infelizmente, nem sempre poderão ser trilhados devido às limitações peculiares à sua necessária brevidade.

Em primeiro lugar, como introdução, será analisado caso brasileiro e, logo após, Minas Gerais. Tem ocorrido, no Brasil, uma grande concentração demográfica nos municípios com mais de 100.000 habitantes. No final do século XX, a metade da sua população já residia neles, enquanto sessenta anos antes essa proporção não ultrapassava 16,0%. Esse processo, de fato, revela um fenômeno já bastante analisado: a grande concentração da população urbana, pois ela constituía a quase totalidade da população dos municípios com mais de 100.000 residentes, cerca de 96,0% em 2000. (Tabela 1 e mapa anexo)[3]

TABELA 1
BRASIL, DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DA POPULAÇÃO
SEGUNDO O TAMANHO DOS MUNICÍPIOS
2000

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		Nº DE MUNICÍPIOS		ÁREA		POP. URBANA	
	Absoluto	%	Absoluto	%	KM ^{2}	%	Absoluto	%
Vilarejos	33.437.404	19,69	4.018	72,96	4.625.628	54,22	18.415.230	13,35
Pequenos	49.760.728	29,31	1.265	22,97	3.546.531	41,57	36.086.001	26,16
Médios	39.628.005	23,34	193	3,50	314.077	3,68	37.429.163	27,13
Grandes	46.973.033	27,66	31	0,56	45.273	0,53	46.023.565	33,36
BRASIL	169.799.170	100,00	5.507	100,00	8.531.508	100,00	137.953.959	100,00

Fonte: FIGBE, Censo Demográfico de 2000
Elaboração: Fausto Brito e Cláudia Horta.

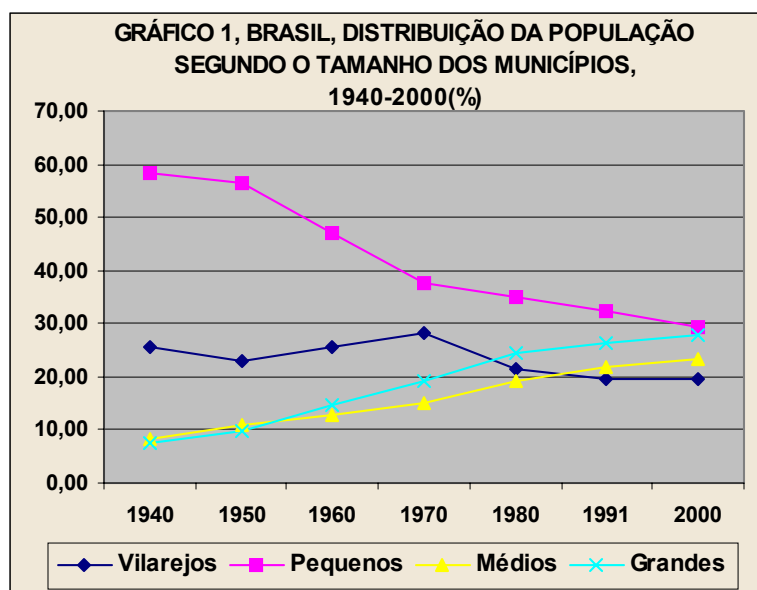
---

[1] Professor e pesquisador do CEDEPLAR e da FACE – UFMG
[2] Doutoranda em Demografia pelo CEDEPLAR .
[3] Vilarejo, municípios com menos de 20.000 habitantes; Pequenos, entre 20 e 100.000 habitantes; Médios, entre 100 e 500.000 e Grandes, com mais de 500.000 habitantes.

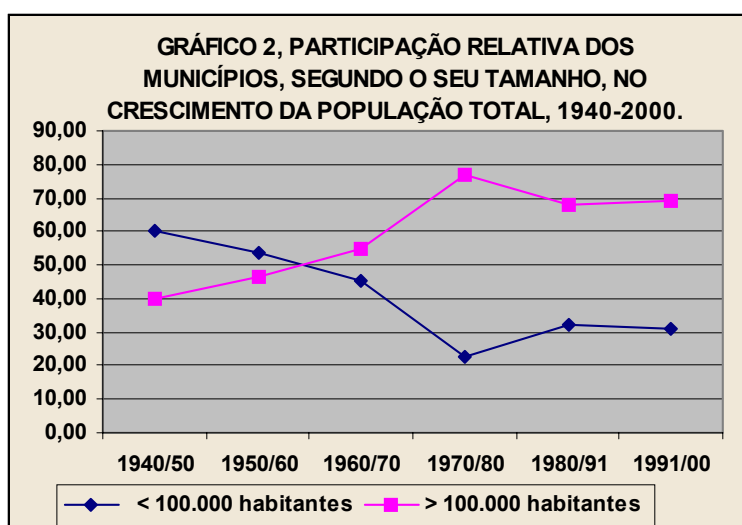
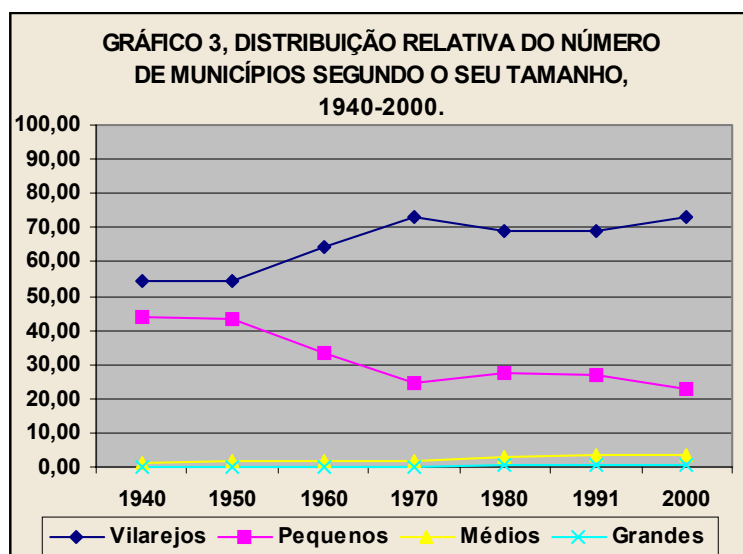
Coexistindo com a concentração demográfica aparece a enorme fragmentação político territorial, decorrente da crescente multiplicação dos municípios. Havia no Brasil, no mesmo período analisado, 5.507 municípios, sendo 1.016 criados na década de noventa. Apenas 224 municípios tinham mais 100.000 habitantes, pouco mais de 4,0% do total. E, por outro lado, 4.018 municípios tinham menos de 20.000 habitantes.

Quando se analisa a distribuição territorial desses municípios, emerge uma outra dimensão, do mesmo fenômeno, não menos relevante do que as anteriores. Os municípios médios e grandes, isto é, aqueles com mais de 100.000 habitantes, onde moram pouco mais da metade da população brasileira, ocupam apenas 4,2% de todo o território nacional. Já os Vilarejos e os Pequenos municípios se espalham por 96,0% do território!(Tabela 1) Os processos de redistribuição populacional e de ocupação territorial no Brasil levaram a uma realidade extremamente interessante: cerca da metade da população reside em apenas 4,0% dos seus municípios, contidos nos estreitos limites de 359.348 km^2, enquanto a outra metade ocupa 96,0% dos municípios, fartamente distribuídos por 8.172.158 km^2.

Essas diferentes dimensões da redistribuição espacial da população e da ocupação territorial revelam, na história brasileira do século XX, a coexistência da concentração e da dispersão populacional, aliados a um intenso processo de fragmentação político-territorial. Esses fenômenos, à primeira vista contraditórios, na verdade, são resultantes das particularidades históricas da dinâmica econômica e social do Brasil, um país de dimensão continental com grande diversidade regional.

Antes de se analisar o caso de Minas Gerais, dentro dos propósitos deste artigo, vale a pena situar esses fenômenos numa perspectiva histórica, revelando, assim, algumas das suas particularidades. Quando se observa a distribuição relativa da população, segundo o tamanho dos municípios, entre 1940 e 2000, nota-se que a maior parcela da população, durante todo esse período, residia nos municípios com 20 a 100.000 habitantes.(Gráfico 1)

A porcentagem, é importante destacar, reduziu-se à metade nesses 60 anos, mas neles continuavam a residir a maior proporção da população. É interessante, também, ressaltar

que somente nos anos noventa, a proporção da população residente nos municípios maiores do que 100.000 habitantes tornou-se majoritária e, mesmo assim, de uma maneira insignificante. Não seria cometido um erro expressivo se fosse afirmado que a população brasileira, em 2000, se dividia ao meio entre os municípios maiores e os menores do que 100.000 habitantes. Esses argumentos devem ponderar a tendência inequívoca à concentração da população, clareando algumas das suas particularidades.

O processo de concentração pode ser observado, de um modo mais nítido, através da contribuição dos municípios, segundo os seus diferentes tamanhos, para o crescimento da população total. Já nos anos 60, a contribuição dos municípios maiores do que 100.000 habitantes era a maior, chegando ao seu auge na década de 70 e depois se estabilizando próximo dos 70,0%(Gráfico 2)

A fragmentação político-territorial, resultante da excessiva criação de municípios, tem sido de grande importância para se compreender a formação histórica brasileira. (Gráfico 3). Em seis décadas, os municípios maiores do que 100.000 habitantes se multiplicaram numa velocidade muito mais do que a dos outros, quase 10 vezes. Entretanto, aqueles, menores do que 100.000, que se multiplicaram menos, apenas 3,4 vezes, já eram tão numerosos em 1940 que, em 2000, eles alcançaram 96,0% do total dos

municípios. Os Vilarejos, unicamente, chegaram a 73,0%! (Gráfico 3)

Não existem informações históricas comparáveis sobre as áreas dos municípios brasileiros desde 1940, optou-se, então, somente pela análise dos dados de 2000, dividindo o território brasileiro em estados e/ou regiões.(Tabela 2) . A predominância dos Vilarejos é generalizada, chegando mesmo no Centro-Oeste, no Extremo Sul e em Minas Gerais a alcançar ou ultrapassar os 80,0%. Considerando-se os Vilarejos e os Pequenos, juntos, eles são mais de 90,0% em todos os estados ou regiões, exceção do Rio de Janeiro. A grande fragmentação político-territorial é um fenômeno generalizável para todo o país, até mesmo para o Rio de Janeiro, apesar da sua menor incidência.

TABELA 2
BRASIL, REGIÕES E/OU ESTADOS, Nº. DE MUNICÍPIOS
SEGUNDOS OS DIFERENTES TAMANHOS DA POPULAÇÃO, 2000

REGIÕES OU ESTADOS	TAMANHO DOS MUNICÍPIOS				
	Vilarejos	Pequenos	Médios	Grandes	Total
Norte	302	133	12	2	**449**
Nordeste Setentrional	342	88	6	2	**438**
Nordeste Central	596	239	18	6	**859**
Nordeste Meridional	310	166	13	1	**490**
Minas Gerais	687	143	20	3	**853**
Espírito Santo	46	24	7	0	**77**
Rio de Janeiro	34	36	17	4	**91**
São Paulo	411	172	54	8	**645**
Paraná	318	69	11	1	**399**
Extremo sul	617	116	26	1	**760**
Centro-Oeste	355	79	9	3	**446**
BRASIL	**4.018**	**1.265**	**193**	**31**	**5.507**

Fonte: Censo Demográfico de 2000

TABELA 3
BRASIL,REGIÕES E/OU ESTADOS, ÁREA DOS MUNICÍPIOS
SEGUNDO OS DIFERENTES TAMANHOS DA POPULAÇÃO, 2000

Regiões/ Estados	ÁREA DOS MUNICÍPIOS(Km^2)				
	VILAREJOS	PEQUENOS	MÉDIOS	GRANDES	TOTAL
Norte	1.678.546	2.066.385	112.179	12.529	**3.869.638**
Nordeste Setentrional	383.010	186.535	13.687	2.512	**585.744**
Nordeste Central	182.168	183.331	15.928	1.683	**383.111**
Nordeste Meridional	273.320	283.972	31.344	710	**589.346**
Minas Gerais	344.870	212.577	26.294	4.643	**588.384**
Espírito Santo	17.320	21.575	7.289	0	**46.184**
Rio de Janeiro	11.128	18.274	11.967	2.541	**43.910**
São Paulo	128.561	89.608	25.593	5.046	**248.809**
Paraná	128.382	58.277	12.619	431	**199.709**
Extremo sul	203.607	130.434	30.060	496	**364.597**
Centro-Oeste	1.044.029	526.249	27.116	14.684	**1.612.077**
BRASIL	**4.394.941**	**3.777.218**	**314.077**	**45.273**	**8.531.508**

Fonte: Censo Demográfico de 2000

Quando se considera as áreas dos municípios, as particularidades decorrentes da formação histórica e territorial brasileira se tornam mais cristalinas (Tabela 3). Observa-se que a região Norte, onde se localiza a maior floresta tropical do mundo, com a sua exuberante bacia hidrográfica, ocupa 45,4% de todo o território brasileiro. Os seus Vilarejos, sozinhos, dominam um quinto do espaço nacional e, se a eles se somam os Pequenos, esse domínio se expande até 44,0% da área nacional. A região Centro-Oeste, também, com as suas particularidades ecológicas, pois lá se localiza grande parte do Cerrado e o Pantanal, dois dos ecossistemas mais importantes do país, ocupa outra grande parte do território brasileiro, quase 20,0%.

Somando as duas regiões – Norte e Centro-Oeste – os seus domínios territoriais se apoderam de quase dois terços do Brasil. Os Vilarejos da região Norte e da Centro-Oeste preenchem quase um terço do país e, acrescentando-se os Pequenos municípios, a extensão territorial chega a 62,0%. Em síntese: somente 8,0% da população total do Brasil reside em 62,0% do seu território! Isso significa uma grande dispersão territorial da população, explicada pelas particularidades ecológicas e regionais e, consequentemente, pela especificidade da ocupação territorial brasileira. Pelo outro lado, acentuando a dimensão da concentração, a população dos municípios maiores do que 500.000 habitantes dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, 24 milhões de habitantes, ocupam, unicamente, 7,8% do território brasileiro.

O CASO DE MINAS GERAIS

Minas é uma síntese, por excelência, da coexistência dos processos de concentração e de dispersão demográfica , além de ser o estado com o maior número de municípios, tendo feito, na última década, um grande esforço para amplia-los, estabelecendo mais 130. Trata-se de uma escolha criteriosa, não só pela sua riqueza analítica, mas pela disponibilidade de dados. Será possível, inclusive, trabalhar com uma melhor estratificação dos municípios em seis grandes categorias, subdividindo os Vilarejos e os Pequenos. Porém, em função das limitações desse artigo, a análise dos dados de Minas Gerais se restringirá, em grande parte, ao ano de 2000.

Minas têm uma grande proporção, maior do que a média nacional, de municípios menores do que 20.000 habitantes e neles residem cerca de 30,0% de sua população. (Tabela 4 e mapa anexo). O interessante é que a metade dessa população ainda mora em 517 municípios menores do que 10.000 habitantes, para os quais a literatura corrente sugere um tratamento analítico de área rural. Aliás, 64,0% da população mineira, considerada como rural pelo Censo de 2000, residia nos municípios menores do que 20.000 habitantes e, na sua grande maioria, nos menores do que 10.000.

O processo de urbanização em Minas tem sido menos acelerado do que no Brasil, como um todo. No estado, ainda se têm mais de 60,0% da população residindo nos

TABELA 4
MINAS GERAIS, DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO O TAMANHO DOS MUNICÍPIOS; N.º DE MUNICÍPIOS E GRAU DE URBANIZAÇÃO, 2000.

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO			Nº de municípios	grau de urbanização
	TOTAL	URBANA	RURAL		
<10.000	2.754.210	1.558.629	1.195.581	517	56,59
10 A 20.000	2.415.758	1.568.123	847.635	171	64,91
20 A 50.000	3.044.892	2.321.864	723.028	105	76,25
50 A 100.000	2.619.424	2.337.097	282.327	37	89,22
100 A 500.000	3.735.004	3.588.978	146.026	20	96,09
>500.000	3.266.200	3.249.299	16.901	3	99,48
TOTAL	17.835.488	14.623.990	3.211.498	853	81,99

Fonte:FIBGE, Censo Demográfico de 2000

municípios menores do que 100.000 habitantes. Nos maiores do que 100.000, onde havia apenas 23 municípios, residia quase 40,0% da população, predominavam, na sua quase totalidade a população urbana. Existiam, em 2000, unicamente três municípios maiores do que 500.000 habitantes: Belo Horizonte, Contagem e Uberlândia.

TABELA 5

MINAS GERAIS, POPULAÇÃO, ÁREA E NÚMERO DOS MUNICÍPIOS,2000

TAMANHO DOS	POPULAÇÃO		ÁREA		NÚMERO	
MUNICÍPIOS	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
<10.000	2.754.210	15,44	275.881,2	46,89	517	60,61
10 A 20.000	2.415.758	13,54	135.526,1	23,03	171	20,05
20 A 50.000	3.044.892	17,07	118.214,9	20,09	105	12,31
50 A 100.000	2.619.424	14,69	39.391,9	6,69	37	4,34
100 A 500.000	3.735.004	20,94	18.371,7	3,12	20	2,34
>500.000	3.266.200	18,31	997,8	0,17	3	0,35
TOTAL	17.835.488	100,00	588.383,6	100,00	853	100,00

Fonte:FIBGE, Censo Demográfico de 2000

A dispersão demográfica é notável, 61,0% dos municípios, menores do que 10.000 habitantes, se distribuem através de quase a metade do território mineiro, contendo somente uma população de 2,8 milhões. Somando a esse primeiro grupo, aqueles municípios entre 10 e 20.000 habitantes, a população residente quase dobra em tamanho e a área coberta atinge a 70,0% do estado. Nela estão, fragmentados, 688 municípios!

Devem ser levados em conta, também, outros 142, considerados na classificação anterior como Pequenos – entre 20 e 100.000 habitantes – distribuídos em 27,0% do espaço mineiro e onde residem, aproximadamente, um terço da população de Minas. Nesse grupo prevalece uma densidade demográfica de 36 h/Km ^{2}, razoavelmente superior aos 12 h/Km ^{2} dos municípios menores do que 20.000 habitantes.A grande concentração populacional aparece, de fato, nos 23 municípios maiores do que 100.000 habitantes, onde a densidade demográfica é de 361 h/Km ^{2} e, principalmente, nos três maiores do que 500.000, onde ela chega a 3.273 h/Km ^{2} .

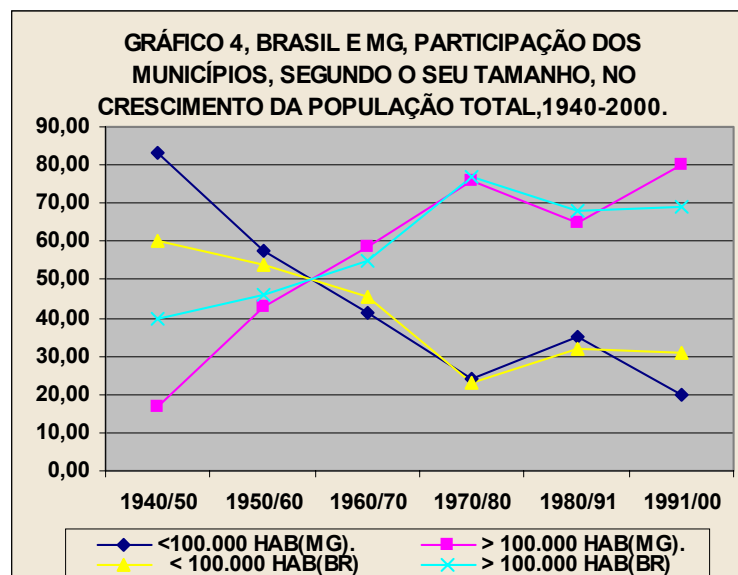
Á comparação entre Minas e o Brasil, no que se refere à participação dos municípios, menores e maiores do que 100.000 habitantes, no crescimento da população total é bastante sugestiva(Gráfico 4). No início do período, a contribuição dos municípios menores para o crescimento da população total era muito maior em Minas, cerca de 83,0%. Nos anos 60, em ambos os casos, os municípios com população superior a 100.000 habitantes passam a ter uma contribuição maior. Essa tendência se mantém até 2000, revelando uma particularidade interessante: no final do período, a participação relativa dos municípios maiores do que 100.000 habitantes, em Minas, é significativamente maior do que a Brasil como um todo, a pesar de neles residirem, proporcionalmente, uma parcela da população menor do que a conjunto do país.

Certamente, será de uma grande utilidade analítica mostrar as diferenças entre os municípios, segundo os seus diferentes tamanhos da população, utilizando-se de alguns indicadores econômicos. Mas, antes deles, serão examinadas as informações sobre a estrutura etária da população (Tabela 6).

TABELA 6, MINAS GERAIS, DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O SEU TAMANHO,2000

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	DISTRIBUIÇÃO POR IDADE			
	0 - 14	15 - 60	> 60	TOTAL
até 10 mil	30,21	59,31	10,48	100,00
10 a 20 mil	29,96	59,82	10,22	100,00
20 a 50 mil	29,82	60,89	9,29	100,00
50 a 100 mil	28,09	62,96	8,94	100,00
100 a 500 mil	27,89	64,28	7,84	100,00
mais de 500 mil	25,06	66,53	8,41	100,00
Total	28,37	62,55	9,08	100,00

Fonte:FIBGE, Censo Demográfico de 2000

A população de 0 a 14 anos, relativamente, é maior quanto menor for o município, sugerindo a possibilidade de um nível de fecundidade decrescente. A população em idade ativa obedece a uma outra lógica , sendo maior, proporcionalmente, quanto maior o tamanho do município, provavelmente devido a migração. A maior proporção de idosos nos municípios menores, sugere, também, um provável efeito da migração.

Examinando os indicadores econômicos, em primeiro lugar será apreciado o produto interno bruto (PIB). Mais da metade do PIB total é gerado nos municípios maiores do que 100.000 habitantes e, quando se considera o PIB industrial e o dos Serviços, logicamente, essa porcentagem é ainda maior. (Tabelas 6 e 7). Ao contrário, o PIB

agropecuário é produzido, em mais da sua metade, nos municípios menores do que 20.000 habitantes.

TABELA 6, MINAS GERAIS, PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO OS SETORES E O TAMANHO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO,2000 (% E TOTAIS ABSOLUTOS em R$)

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	AGROPECUÁRIO	INDUSTRIAL	SERVIÇOS	TOTAL
até 10 mil	31,51	4,53	8,92	8,93
10 a 20 mil	24,81	8,80	8,06	9,80
20 a 50 mil	22,75	13,69	12,44	13,85
50 a 100 mil	12,64	18,44	13,02	15,34
100 a 500 mil	6,38	30,86	20,48	23,79
mais de 500 mil	1,91	23,69	37,07	28,30
Total	8.354.977.421,51	42.847.017.004,92	47.665.505.305,90	98.867.499.732,33

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2002

TABELA 7, MINAS GERAIS, PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO OS SETORES E O TAMANHO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO,2000 (% E TOTAIS ABSOLUTOS em R$)

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	AGROPECUÁRIO	INDUSTRIAL	SERVIÇOS	TOTAL
até 10 mil	29,84	22,00	48,16	8.824.387.032,22
10 a 20 mil	21,40	38,92	39,68	9.684.342.839,23
20 a 50 mil	13,88	42,82	43,31	13.695.620.858,20
50 a 100 mil	6,96	52,10	40,94	15.163.563.568,45
100 a 500 mil	2,27	56,22	41,51	23.517.762.627,18
mais de 500 mil	0,57	36,27	63,16	27.981.822.807,04
Total	8,45	43,34	48,21	98.867.499.732,33

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2002

Quando se observa o PIB de acordo com os diferentes grupos, percebe-se, naqueles com menos de 10.000 habitantes, uma predominância do setor serviços, mesmo esses municípios respondendo por 30,0% do PIB agropecuário. Naqueles, entre 10.000 e 50.000 habitantes, o peso relativo do PIB agropecuário tende a cair – o que continuará ocorrendo, em maior quantidade, nos municípios maiores – e a porcentagem do PIB industrial e dos serviços é praticamente igual. A prevalência do PIB industrial acontece nos municípios com a população entre 50.000 e 500.000 residentes e, somente neles, pois no grupo com a população maior prima, largamente, o PIB dos serviços.

O PIB per capita, assim como a renda familiar é crescente segundo o tamanho dos municípios(Tabela 8). Desperta a atenção o PIB per capita dos municípios com população acima de 50.000 habitantes, em média: ele é maior do que a média do estado. Suscita ainda uma maior atenção a renda familiar per capita dos municípios até 10.0000 habitantes: ela é a única menor do que a média do estado.

TABELA 8, MINAS GERAIS, PIB E RENDA FAMILIAR PER CAPITA, SEGUNDO O TAMANHO DOS MUNICÍPIOS, 2000 (EM R$)

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	PIB PER CÁPITA	RENDA FAMILIAR PER CÁPITA
até 10 mil	3.203,96	156,34
10 a 20 mil	4.008,82	183,69
20 a 50 mil	4.497,90	216,62
50 a 100 mil	5.788,89	270,20
100 a 500 mil	6.296,58	298,78
mais de 500 mil	8.567,09	412,57
Total	5.543,30	178,42

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2002

A grande fragmentação político-territorial, seria de se esperar, teria repercussões sobre a distribuição da receita entre os municípios(Tabela 9). Belo Horizonte, Contagem e Uberlândia, unicamente, recebiam 43,0% da receita total de Minas. Apreciando-se a receita de todos os municípios acima de 100.000 habitantes, ela eqüivaleria a quase 80,0% da total. Observando a receita média a situação é notável, 517 municípios, ou seja, 61,0%, tinham, em média, apenas R$25.647 para gastar, em cada mês do ano 2000, com os seus cidadãos! A desigualdade entre as receitas é tão grande que, calculando a relação de cada grupo com a média do estado, tem-se em conta para os menores municípios 0,03 e para os maiores 123! As diferenças e as desigualdades, também, refletem-se nas receitas per capita. Fazendo o cálculo da relação da receita de cada grupo com a média do estado, os municípios menores ficam com 0,13 e os maiores com 2,4.

TABELA 9, MINAS GERAIS, RECEITA DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O TAMANHO DE SUA POPULAÇÃO, 2000(EM R$)

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	RECEITA TOTAL	RECEITA TOTAL(%)	RECEITA PER CAPITA	RECEITA MÉDIA
até 10 mil	159.113.260,38	2,06	57,77	307.763
10 a 20 mil	380.200.645,15	4,93	157,38	2.223.396
20 a 50 mil	489.364.004,21	6,34	160,72	4.660.610
50 a 100 mil	687.040.882,54	8,90	262,29	18.568.673
100 a 500 mil	2.665.542.291,27	34,53	713,67	133.277.115
mais de 500 mil	3.337.456.773,40	43,24	1.021,82	1.112.485.591
Total	7.718.717.856,95	100,00	432,77	9.048.907

Fonte: Secretaria da Fazenda, Governo do Estado de M. G., 2003

Realizada a análise de alguns indicadores econômicos, para finalizar, será discutida a mobilidade demográfica dos municípios, ou seja, quais são as possibilidades de um município, via desmembramento ou não, de se manter ou mudar de grupo populacional entre 1940 e 2000.

TABELA 10, MINAS GERAIS, MUNICÍPIOS SEGUNDO O TAMANHO ORIGINAL EM 1940 E O ATUAL EM 2000, INCLUSIVE OS MUNICÍPIOS CRIADOS DURANTE O PERÍODO, 1940 - 2000

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS-1940	TAMANHO DOS MUNICÍPIOS-2000						TOTAL	MUNICIPIOS CRIADOS
	< 10.000	10 a 20.000	20 a 50.000	50 a 100.000	100 a 500.000	> 500.000		
< 10.000	38	21	5	0	0	0	**64**	16
10 a 20.000	119	59	28	8	7	1	**222**	119
20 a 50.000	273	65	63	25	7	1	**434**	316
50 a 100.000	81	28	10	4	5	0	**128**	111
100 a 500.000	3	0	0	0	1	1	**5**	3
> 500.000	0	0	0	0	0	0	**0**	0
TOTAL	**514**	**173**	**106**	**37**	**20**	**3**	**853**	565
MUNICÍPIOS CRIADOS	461	75	19	6	3	1	565	

A tabela 10 possibilita observar, não só a transição de um grupo a outro, mas também os municípios criados. Em 2000, a grande maioria de municípios criados nos últimos 60 anos eram menores do que 10.000 habitantes, 461, cerca de 82,0% do total. A fragmentação é uma grande geradora de municípios com uma receita insuficiente e com uma população com uma renda familiar per capita baixíssima. Mais da metade deles, 434, eram provenientes da fragmentação dos municípios entre 20 e 50.000 habitantes e o restante, na sua quase totalidade, se originava dos grupos de 10 a 20.000 e de 50 a 100.000 habitantes.

A mobilidade demográfica dos municípios revela um fenômeno interessante: independente do seu grupo originário em 1940, o município sendo criado ou não, a maior probabilidade, 60,0%, era dele permanecer no mesmo grupo ou regredir para um grupo anterior. A exceção não é relevante, o conjunto de municípios maiores do que 500.000 habitantes, pois em 1940 ainda não existia nenhum com esse tamanho. Esse fenômeno ocorre em função da fragmentação, é lógico, mas, também, em decorrência da estagnação demográfica, ou mesmo da regressão, devido às migrações. Apreciando a matriz de transição dos municípios, levando em conta somente os 288 municípios que não se fragmentaram , 68,0% deles, se mantiveram no mesmo grupo ou regrediram.

A coexistência da concentração populacional com a grande dispersão territorial, abastecida pela grande fragmentação político territorial, revela, assim mostram os indicadores, uma grande desigualdade espacial da economia e da sociedade brasileira. Pode-se concluir mais: a estagnação e a regressão demográfica dos municípios sinaliza que essa desigualdade obedece a uma rigidez acentuada durante os últimos sessenta anos.